

LEI Nº. 681/2021, 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a Lei Orçamentaria Anual – LOA, para 2022, estimando Receita e Fixando Despesas e dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Aliança do Tocantins, APROVOU e eu SANCIONO a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta lei orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Aliança do Tocantins para o exercício de 2022, no valor global de R\$ 23.781.500,00 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e um mil e quinhentos reais), envolvendo os recursos de todas as fontes, compreendendo:

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL

- Art. 2º O Orçamento Fiscal será detalhado, em seu menor nível, através dos Elementos da Despesa detalhados no Anexo ao Decreto que acompanha esta Lei.
- § 1º Na programação e execução do orçamento fiscal será utilizada a classificação da despesa por sua natureza, onde deverá ser identificada a categoria econômica, o grupo da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento.
- § 2º O Chefe do Poder Executivo poderá estabelecer e publicar anexo às normas de execução do orçamento e a classificação das despesas mencionadas no parágrafo anterior.
- Art. 3º A receita orçada e as despesas fixadas em valores iguais a R\$ 23.781.500,00 (vinte e três milhões e setecentos e oitenta e um mil e quinhentos reais).

A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente





e das especificações constantes no anexo, de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA	22.837.674,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	954.800,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	33.000.00
RECEITA PATRIMONIAL	106.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.726.674,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.500,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.392.822,00
ALIENAÇÃO DE BENS	522.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.870.822,00
REC. CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.448.996,00)
TOTAL DA RECEITA	23.781.500,00

Art. 4º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza Despesa, que apresentam o seguinte desdobramento:

1-POR FUNÇÕES DE GOVERNO:

LEGISLATIVA	1.100.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	341.000,00
ADMINISTRAÇÃO	4.551.125,50
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.519.698,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	154.000,00
SAÚDE	6.332.740,00
EDUCAÇÃO	5.916.075,00
CULTURA	158.400,00
URBANISMO	1.459.059,00
SANEAMENTO	43.741,50
GESTÃO AMBIENTAL	592.724,00
AGRICULTURA	690.937,00
TRANSPORTE	330.000,00
DESPORTO E LAZER	132.000,00



	TOTAL DA DESPESA	23.781.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.500,00
ENCARGOS ESPECIAIS		357.500,00

1- POR CATEGORIAS ECONÔMICAS:

DESPESAS DE PESSOAL	20.386.178,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.285.997,40
Outras Despesas Correntes	10.100.180,60
DESPESAS DE CAPITAL	3.392.822,00
Investimentos	3.035.322,00
Amortização e Refinanciamento da Divida	357.500,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	2.500,00
Reserva de Contingência	2.500,00
TOTAL DA DESPESA	23.781.500,00

Parágrafo único – Integra o Orçamento Fiscal os recursos orçamentários à conta do Tesouro Municipal, destinados a transferências às seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta a título de aumento de capital, subvenção econômica e prestação de serviços.

Art. 5º - Ficam aprovados os orçamentos das entidades e fundos especiais do Poder Executivo em importância para a receita orçada e a despesa fixada, aplicando sê-lhes as mesmas regras e autorizações destinadas à administração direta por força desta Lei.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6° - Fica o Poder Executivo autorizado a, excluídos os casos previstos nesta Lei, abrir créditos suplementares, até o limite de 70% (setenta por cento) sobre o total da despesa nela fixada.



- **Art. 7º** Fica excluído do limite da porcentagem as despesas com gastos de pessoal civil, equipamentos e material Permanente.
- Art. 8º Durante a execução orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, conforme estabelecido no Art. 43 § 1º, inciso III da Lei 4.320/64 e no Art. 167, inciso VI da Constituição Federal, bem como a alteração do QDD, incluindo e mantendo os elementos e subelementos existentes na Lei vigente.

CAPÍTULO IV

DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 9° - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- a) Decorrentes de superávit financeiro até o limite de 100% do mesmo, de acordo com o estabelecido no Art. 43 da Lei 4.320/64;
- b) Decorrente do excesso de arrecadação até o limite de 100% do mesmo, conforme estabelecido no Art. 43 da Lei 4.320/64:
- c) Decorrente de anulação parcial ou total de dotações na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 até o limite de 50% das mesmas, conforme estabelecido no Art. 43 da Lei 4.320/64 e com base no Art. 167, inciso VI da Constituição Federal;
- d) Decorrente de alteração de QDD, permitindo inclusive a criação de elementos e sub elementos necessários à execução da despesa deste que atenda a categoria econômica reduzida.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes à execução do orçamento e, no que couber adequá-lo as disposições da Constituição e Lei Orgânica do Município, compreendendo também a programação financeira e cronograma de desembolso para o exercício de 2022.
- **Art. 11** Ficam agregados aos orçamentos do Munícipio os valores e indicativos constantes ao anexo a esta Lei.
- **Art. 12** Todos os valores recebidos pelas unidades da administração direta, e fundos especiais deverão para sua movimentação, ser registrados nos respectivos orçamentos.



Art. 13 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposição o remanejamento ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.

Art. 14 – Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário, para que surtam todos os seus Jurídicos e Legais efeitos e para que produza os resultados de mister para os fins de Direito.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de dezembro de 2.021.

ELVES MOREIRA GUIMARÃES Prefeito Municipal

MURAL PUBLICO

AFIXADO EM 16/12/2021

RETIRADO EM 1/12/2021

Résponsável